

# consulta pública 2019



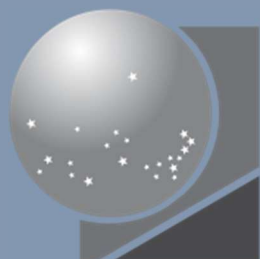
## A SEGURANÇA DOS SISTEMAS ELETRÔNICOS DE VOTAÇÃO



Justiça  
Eleitoral



Escola Judiciária  
Eleitoral do RN



Justiça  
Eleitoral

PRESIDENTE

**DES. GLAUBER ANTÔNIO NUNES RÊGO**

VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR ELEITORAL

**DES. CORNÉLIO ALVES DE AZEVEDO NETO**

MEMBROS DA CORTE ELEITORAL

**JUIZ FEDERAL DR. FRANCISCO GLAUBER PESSOA ALVES**

**JUIZ DE DIREITO DR. JOSÉ DANTAS DE PAIVA**

**JUIZ DE DIREITO DR. RICARDO TINOCO DE GÓES**

**JURISTA DR.ª ADRIANA MAGALHÃES CAVALCANTI FAUSTINO FERREIRA**

**JURISTA DR. WLADEMIR SOARES CAPISTRANO**

ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

DIRETORA

**JUÍZA DE DIREITO DR.ª ÉRIKA DE PAIVA DUARTE TINÔCO**

VICE-DIRETOR

**JUIZ DE DIREITO DR. JOSÉ DANTAS DE PAIVA**

DIRETORA-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

**SIMONE MARIA DE OLIVEIRA SOARES MELLO**

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

**ANDRÉA CARLA GUEDES TOSCANO CAMPOS**

SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS

**MARIA TERESA FARACHE PORTO**

SECRETÁRIA JUDICIÁRIA

**LÍGIA REGINA CARLOS LIMEIRA**

SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

**MARCOS FLÁVIO NASCIMENTO MAIA**

ASSESSORA DE PLANEJAMENTO

**YVETTE BEZERRA GUERREIRO MAIA**

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO E CERIMONIAL

**VIRGÍNIA COELI R. CRUZ**

GABIENTE DA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL:

SOLOM R. ALMEIDA NETTO

SIVANILDO DANTAS DE ARAÚJO

PAULO GUSTAVO DA SILVA LINS

**CENTRO DE MEMÓRIA PROFESSOR TARCÍSIO MEDEIROS:**

ANA PAULA VASCONCELOS DO AMARAL E SILVA ARAUJO

PAULINÉIA MARISE LIMA DE ARAÚJO

## Sumário

Apresentação	04
Caracterização da Demanda	05
Escopo e Valores da Consulta Pública	06
Metodologia e Divulgação	07
Questionário On-Line – Detalhamento Analítico	08
Entrevistas Realizadas – Divulgação em Rádio e Televisão	09
Resultados Obtidos	10
Análise dos Dados	12
Ações Necessárias	15

## Apresentação

A evolução da Justiça Eleitoral brasileira, com o advento dos sistemas eletrônicos de votação, especialmente a partir das pesquisas, que foram originariamente desenvolvidas em centros acadêmicos nacionais e aplicadas ao campo prático da democracia pelo Tribunal Superior Eleitoral e todos os Regionais pátrios, revela a vanguarda do Poder Judiciário no campo da incorporação tecnológica aos processos-fins de trabalho, bem como a coragem de modificar procedimentos e formas de compreender como a realidade pode ser transformada pela otimização de técnicas e recursos. Ainda assim, mesmo passadas décadas do início dessa revolução, a sociedade civil, em seu livre e correto papel questionador, nas últimas eleições vem, através da imprensa, das associações, das instituições de pesquisa e entidades de classe, cobrando do Judiciário uma ativa postura de elucidar e explicitar a segurança dos sistemas garantidores de todo o arcabouço de votação que se opera, bianualmente, no Brasil.

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, ciente de sua responsabilidade social, de forma a garantir a ampla transparência de seus processos ligados ao que há de mais caro à instituição, que é a segurança de que a vontade de cada eleitor seja preservada nas urnas, realizou uma CONSULTA PÚBLICA voltada à SEGURANÇA DOS SISTEMAS ELETRÔNICOS DE VOTAÇÃO como uma maneira de permear suas atividades administrativas e jurisdicionais com a relevante opinião pública, convidando parceiros, instituições, universidades e cidadãos a ouvir argumentos técnicos, debater e mostrar soluções a eventuais pontos que precisem ser melhorados. Essa ação soma-se a todo o planejamento que está sendo feito objetivando as ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020, um compromisso da gestão da Justiça Eleitoral com a sociedade.

Natal/RN, maio de 2019

Desembargador GLAUBER ANTÔNIO NUNES RÊGO  
*Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte*

## Caracterização da Demanda

Uma das principais questões identificadas durante as ELEIÇÕES GERAIS 2018 foi o recorrente questionamento acerca da confiabilidade dos sistemas eletrônicos, que são usados pela Justiça Eleitoral em todo o país, desde a década de noventa (1990). Ocorre que, o tempo atual, com suas múltiplas ferramentas de comunicação, tem possibilitado a difusão muito rápida de dúvidas e notícias com fonte de informação incerta, favorecendo a proliferação das chamadas *fake news*. Esse fenômeno não é uma exclusividade do Brasil. Na verdade, nos últimos anos, em todos os países democráticos, houve algum tipo de impacto da desconfiança da população hipertrofiada pela rapidez da propagação da opinião através das redes sociais. As instituições parecem não saber lidar, ainda com precisão, com esse fato, mas o único e mais eficaz remédio contra a desinformação, continua a ser a informação – clara e objetiva, com a transparência suficiente para oxigenar qualquer escuridão da ignorância.

Nesse cenário, objetivando otimizar os processos de trabalho e entender melhor os anseios sociais, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, através de sua Escola Judiciária Eleitoral, moldou uma ação para ouvir as pessoas a partir de uma CONSULTA PÚBLICA, para fins de apresentar argumentos técnicos aos formadores de opinião e, igualmente, dimensionar melhor as campanhas de comunicação, as ações sociais e o planejamento geral das ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020.



SOCIEDADE



COMUNICAÇÃO



JUSTIÇA ELEITORAL

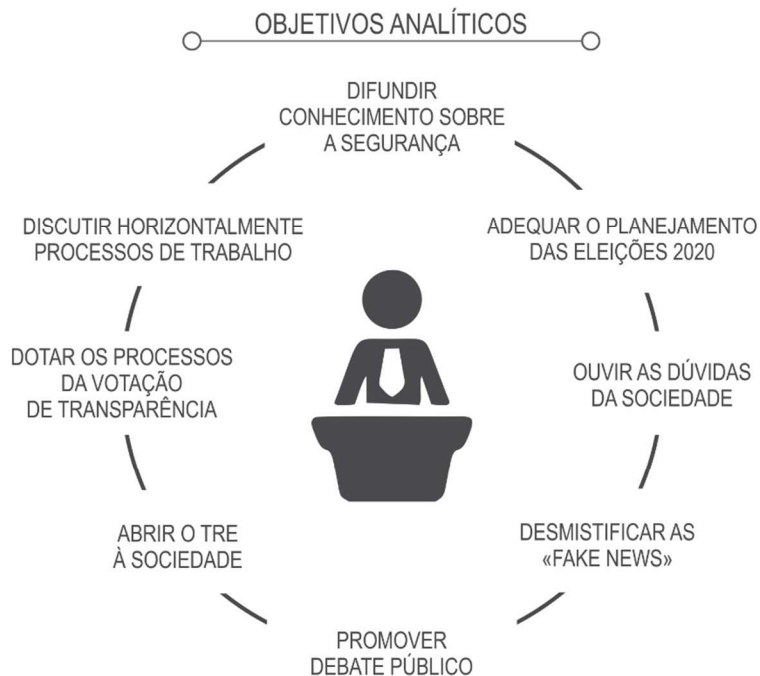


## Escopo e Valores da Consulta Pública

**ESCOPO:** Realizar uma consulta pública sobre a segurança dos sistemas eletrônicos de votação.

**VALORES:** Elementos norteadores da ação, incluindo o planejamento e os fins aos quais se volta.

**OBJETIVOS ANALÍTICOS:** Desdobramento do escopo pretendido comutado com os valores almejados.





## Metodologia e Divulgação

A CONSULTA PÚBLICA foi implementada pela Escola Judiciária Eleitoral do Rio Grande do Norte, em harmonia com o Plano de Gestão 2018-2020 do TRE/RN e em cooperação com vários setores do Regional, dentre os quais se lista a Direção-Geral, a Comissão Permanente de Segurança da Informação/STIC e a Assessoria de Comunicação, havendo, igualmente, o apoio do Tribunal Superior Eleitoral.

### METODOLOGIA DE TRABALHO - DUAS ETAPAS



**PRIMEIRA ETAPA: Questionário *on-line* disponibilizado no site do TRE/RN,** no período de 7 a 14 de maio de 2019, sendo apresentado dividido três questões, versando sobre a forma como o eleitor ou eleitora identifica a urna eletrônica, bem como sua experiência com o equipamento.

**SEGUNDA ETAPA: Reunião pública,** com a apresentação de técnico do Tribunal Superior Eleitoral, sobre os aspectos tecnológicos da segurança dos sistemas eletrônicos de votação, implementados pela Justiça Eleitoral, apresentação dos dados da primeira etapa (pesquisa *on-line*) e debates e questionamentos pessoais e remotos, a todos os interessados em discutir e apresentar sugestões para melhoria de processos relacionados às ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020.





QUESTIONÁRIO ON-LINE  
DETALHAMENTO ANALÍTICO DAS PERGUNTAS

1) VOCÊ ACHA QUE AS URNAS ELETRÔNICAS, UTILIZADAS NO BRASIL DESDE A DÉCADA DE 1990, CONTRIBUÍRAM PARA A MELHORIA DA SEGURANÇA DO PROCESSO DE VOTAÇÃO NO PAÍS?

2) NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES VOCÊ TEVE ALGUMA DIFICULDADE PARA VOTAR COM A URNA ELETRÔNICA? HOUVE ALGUM DEFEITO OU O EQUIPAMENTO MOSTROU ALGUMA FALHA? RELATE.

3) O QUE VOCÊ ACHA QUE PODERIA MELHORAR NA URNA ELETRÔNICA?

INTENCIONALIDADE DO QUESTIONÁRIO

As três perguntas foram idealizadas de forma a atingir o público em geral, que associa os sistemas eletrônicos de votação ao principal instrumento digital do processo: a *urna eletrônica*. Foram concebidas para AFERIR o nível de confiança, mas também INDUZIR o(a) eleitor(a) à reflexão sobre o tema. Nesse sentido, o questionário força a REFLETIR sobre a ocorrência de erros no sistema eletrônico que tenham sido, realmente, presenciados pelo usuário – e não um mero produto de notícias recebidas através das redes sociais (as *fake news*). Por fim, possibilitou SUGERIR ou OPINAR, colocando o(a) cidadão(ã) em situação proativa.





ENTREVISTAS REALIZADAS  
DIVULGAÇÃO EM RÁDIO E TELEVISÃO

<b>JUÍZA ÉRIKA PAIVA</b> DIRETORA DA ESCOLA JUDICIÁRIA	<b>SERVIDOR GIUSEPPE JANINO</b> SECRETÁRIO STI DO TSE
Rádio 94 FM Emissora TV Justiça Eleitoral Emissora TV Assembleia Emissora TV Câmara	Rádio 96 FM Emissora InterTV - Bom dia RN Emissora TV Justiça Eleitoral Emissora TV Assembleia Emissora TV Câmara

HYPERLINKS PARA DIVULGAÇÃO ON-LINE REALIZADA

<https://portal.tre-rn.jus.br/intranet/news/tre-rn-lanca-consulta-publica-online-sobre-urna-eletronica-e-convida-sociedade-a-participar>

<http://www.tre-rn.jus.br/imprensa/noticias-tre-rn/2019/Maio/tre-rn-lanca-consulta-publica-online-sobre-urna-eletronica-e-convida-sociedade-a-participar>

<http://www.politicaemfoco.com/tre-rn-lanca-consulta-publica-online-sobre-urna-eletronica-e-convida-sociedade-a-participar/>

<http://blogpautaaberta.blogspot.com/2019/05/urna-eletronica-trern-lanca-consulta.html>

<http://www.saomiquelnews.com.br/2019/05/tre-rn-lanca-consulta-publica-online.html>

## Resultados Obtidos

Conforme foi apresentado nos itens relativos ao procedimento metodológico da CONSULTA PÚBLICA, o planejamento dos trabalhos focou em duas etapas distintas, de forma a possibilitar que todos os interessados pudessem se manifestar, de alguma forma. É interessante anotar que os dados obtidos na primeira etapa, que foi a pesquisa feita através de questionário *on-line*, no período de 7 a 14 de maio de 2019, foram todos compilados e já apresentados durante a realização da segunda etapa, que foi a reunião pública, com exposições técnicas e debates. Concomitante a tudo isso, a Assessoria de Comunicação do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte produziu um *vídeo com diversas entrevistas*, no intuito de sensibilizar todos os que se reuniram a debater, em data de 15 de maio de 2019, acerca do que pensa a população, de um modo geral, sobre a utilização de equipamentos eletrônicos no processo de votação.

A Escola Judiciária Eleitoral, unidade integrante da Presidência do TRE/RN, participou ativamente do processo, organizando a segunda etapa da Consulta Pública, que foi nominada como **Workshop A Segurança do Processo de Votação**, aproveitando a oportunidade, igualmente, para difundir noções acerca das camadas de segurança dos sistemas eleitorais junto ao público interno – formado por Magistrados(as) e servidores(as). Entendeu-se essa oportunidade como estratégica, dentro do plano anual de capacitação e desenvolvimento 2019, por ser um momento ímpar de debate e exposições técnicas de um dos maiores conhecedores dos sistemas desenvolvidos pela Justiça Eleitoral, o Secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior Eleitoral, o servidor Giuseppe Dutra Janino. Dessa feita, foi possibilitado um encontro rico entre o público externo e praticamente todo o corpo técnico, tanto da área de informática, como das ciências jurídicas, para discussões sobre a matéria. Ademais, a reunião foi transmitida *on-line* e o envio de perguntas foi possível através de *e-mail*, *chat* e ligações telefônicas.

### As urnas eletrônicas contribuíram à melhoria da votação no Brasil?

Você acha que as urnas eletrônicas utilizadas no Brasil desde a década de 1990 contribuíram para a melhoria da segurança do processo de votação no país?

■ Sim ■ Não



### Teve dificuldades para votar eletronicamente ou presenciou defeito?

Nas últimas eleições você teve alguma dificuldade para votar com a urna eletrônica? Houve algum defeito ou o equipamento mostrou alguma falha?

■ Facilidade  
■ Dificuldade



### Quais melhorias poderiam ser incorporadas ao sistema?

O que você acha que poderia melhorar na urna eletrônica?

■ Nada a melhorar  
■ Impressão de votos  
■ Aumentar as campanhas



## Análises dos questionamentos feitos na reunião presencial

Durante a reunião presencial, foram mapeados os tipos de questionamentos direcionados aos expositores, havendo a seguinte distribuição:

- Possibilidade de invasão dos sistemas
- Mudança de layout da urna
- Campanhas de esclarecimento



## Análises dos Dados

É muito rico à Justiça Eleitoral poder ouvir, diretamente, o que cada eleitor ou eleitora deseja falar. Mas, do ponto de vista objetivo, são necessários cotejamento e aglutinações do padrão de crítica ou sugestão direcionado, como uma forma de evoluir e, igualmente, direcionar seus recursos públicos ao trabalho que precisa ser otimizado. Nesse sentido, ainda persiste um alto índice de desconfiança com relação a três eixos muito importantes e que precisam ser trabalhados:

- I. **Possibilidade de invasão dos sistemas** por um “hacker” ou a manipulação criminosa de dados inseridos nas urnas pelos(as) votantes;
- II. **Os motivos pelos quais a urna eletrônica não evolui o *design***, incorporando novas tecnologias, como telas sensíveis ao toque; e
- III. **Os motivos pelos quais ainda não houve a incorporação de módulos de impressão** para validação dos dados digitais ou conferência posterior.





Impede afirmar que todos os questionamentos indicados pela plateia foram exaustivamente trabalhados, especialmente, pelos aspectos da motivação pelos quais não subsistem. Assim, o padrão identificado durante a primeira quinzena de maio de 2019, quando da consulta perante o eleitorado do Rio Grande do Norte, apenas repete uma constância de incerteza que é vista em outras partes do país. Isso se funda na prévia explanação que foi realizada pelos técnicos, ou seja, sabendo quais são as dúvidas mais comuns, carregam em sua base argumentativa as respostas para quesitos que, ordinariamente, repetem-se em todo o Brasil. Não diferente disso, ataques falaciosos, que são divulgados pelas redes sociais, via *web*, atualmente conhecidos como *fake news*, costumam difundir fatos que já foram respondidos pelos canais oficiais, como os *sites* do TSE e dos TREs, a exemplo, de urnas furtadas usadas indevidamente ou de algum especialista que invadiu os servidores do Tribunal Superior Eleitoral. Tais notícias, obviamente, são inverídicas!

Essa análise conclusiva direciona que as ações da Justiça Eleitoral no Rio Grande do Norte devem, obrigatoriamente, mirar em projetos que estimulem o conhecimento institucional do trabalho que é desenvolvido, a cada pleito, por milhares de pessoas de forma profissional e humana, sempre buscando o fortalecimento da democracia brasileira. Esse objetivo somente poderá ser plenamente alcançado pelo incremento de campanhas de natureza publicitária, mas também de capacitação e pedagógica. Isso porque deve-se trabalhar em várias frentes, desde o jovem eleitor, até os próprios servidores eleitorais, que muitas vezes, a depender do tipo ou especificidade de suas funções, carece de um maior esclarecimento sobre aspectos técnicos do funcionamento ou da lógica de sistemas de segurança que são usados durante as eleições. Percebe-se, portanto, que é preciso um contínuo trabalho para esclarecer a população, de um modo geral, mas também, demonstrar que, mesmo após mais de duas décadas da automação das eleições brasileiras, nada restou provado de desabonador acerca da imagem reta da Justiça Eleitoral. Essa missão deve ser paulatinamente construída, mesmo quando se pensa que o eleitorado está plenamente convicto da segurança, pois ações como a presente só demonstram que ainda há um longo caminho a ser percorrido no Brasil.





A reunião presencial no dia 15 de maio de 2019, no momento da abertura do evento pelo Des. Glauber Rêgo.



A apresentação técnica do Secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior Eleitoral.



A plateia foi composta por cento e vinte e cinco pessoas, acomodadas no plenário do TRE/RN..

## Ações Necessárias – Eleições 2020

### CAMPANHAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:

Criar mais campanhas de divulgação institucional da Justiça Eleitoral, de modo a difundir a credibilidade dos sistemas eletrônicos de votação e combater as notícias que são divulgadas sem qualquer fundamento científico ou lastro de veracidade do ponto de vista técnico.

**Unidade responsável: Assessoria de Comunicação - ASCOM**

### AÇÕES SOCIAIS E EDUCATIVAS:

Estimular o aumento e a abrangência das ações sociais e educativas, mormente aquelas desenvolvidas pela Escola Judiciária Eleitoral, como uma maneira de fomentar parcerias com instituições de ensino e levar, ao jovem eleitorado, noções básicas sobre o modo qual se realizam as eleições no país, especialmente os instrumentos de fiscalização institucionais que são internos e externos ao Poder Judiciário.

**Unidade responsável: Escola Judiciária Eleitoral - EJERN**

### MELHORAR A FORMAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO:

Todos(as) os(as) que estão envolvidos no processo eleitoral, desde os(as) Magistrados(as), até os(as) colaboradores(as) terceirizados(as), devem ter algum tipo de noção, em maior ou menor grau, conforme a atribuição a ser desempenhada, sobre as camadas de segurança que existem no sistema eleitoral. Isso somente é possível através de treinamentos e capacitações que devem ser executadas continuamente no âmbito do TRE/RN, de formar a formar pessoas que atuem como difusoras.

**Unidade responsável: Escola Judiciária Eleitoral – EJERN e Sec. de Gestão de Pessoas**

### MELHORAR O TREINAMENTO DOS MESÁRIOS:

O treinamento dos mesários e/ou de todas as pessoas convocadas para serviços nas eleições deve ser direcionado para fins de explicitar a segurança dos sistemas eletrônicos de votação, pois o mesário ou mesária é, normalmente, o primeiro e único contato do eleitor ou eleitora com pessoas que estão a serviço da Justiça Eleitoral no dia do pleito. Assim, é inadmissível que esse contingente enorme não esteja, minimamente, preparado para responder questionamentos básicos sobre a segurança que existe envolvida no processo eleitoral. Os treinamentos de mesários devem ser dimensionados conforme tal diretriz.

**Unidade responsável: Zonas Eleitorais**



**Justiça  
Eleitoral**

Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte

2019